

ANALYSIS OF THE DISTRIBUTION OF YOUNG PEOPLE IN BRAZILIAN HIGH SCHOOL BY SEX AND AGE GROUP: PERSPECTIVES FOR CRITICAL AND REFLEXIVE EDUCATION

CHRIZOSTIMO, C. M. *, CHRIZOSTIMO, R., & C. O. SÁNCHEZ

Universidade Federal Fluminense

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7498-4637>*

miriammarinho@hotmail.com

Submetido 15/05/2024 – Aceito 30/06/2024

DOI: 10.15628/holos.2024.17405

ABSTRACT

The study suggests offering critical and reflective education inspired by Paulo Freire's Social Pedagogy. The objective was to quantitatively and qualitatively analyze the distribution of young people from Brazilian high school who studied in the state public education network, by gender and age group from 15 to 17 years old, in the year 2020. Methodologically, it was a documentary analysis of information from the Instituto Unibanco Education Observatory with subsequent interpretation of the data obtained. It was found that, in

all regions of the country, the frequency of girls in secondary school was higher than that of boys. Therefore, instruments and measures must be valued to reduce the percentage difference and it is suggested the implementation of educational policies that encourage the critical and reflective formation of students. It is concluded that the permanence of young people of both sexes in high school, with critical and reflective training, enables them to exercise citizenship, for active participation in society.

KEYWORDS: Right to Education, Educational Management, Inequality, Critical and reflective training, Social Participation.

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE JOVENS NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO POR SEXO E FAIXA ETÁRIA: PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA E REFLEXIVA

RESUMO

O estudo sugere oferta de educação crítica e reflexiva inspirada na Pedagogia Social de Paulo Freire. O objetivo foi analisar quanti-qualitativamente a distribuição de jovens do ensino médio brasileiro que estudaram na rede pública estadual de ensino, por sexo e faixa etária de 15 a 17 anos, no ano de 2020. Metodologicamente tratou-se de análise documental de informações do Observatório de Educação do Instituto Unibanco com posterior interpretação dos dados obtidos. Verificou-se que, em todas as regiões do país, a frequência de meninas no

ensino médio foi superior à de meninos. Assim, instrumentos e medidas devem ser valorizados para redução da diferença percentual e sugere-se a implantação de políticas educacionais que estimulem a formação crítica e reflexiva do educando. Conclui-se que a permanência de jovens de ambos os sexos no ensino médio, com formação crítica e reflexiva, os capacita para o exercício da cidadania, para participação ativa na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à Educação, Gestão Educacional, Desigualdade, Formação crítica e reflexiva, Participação Social.

HOLOS, Ano 40, v.4, e17405, 2024



Este es un artículo publicado con acceso abierto con una licencia Creative Commons.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988) institucionalizou os direitos sociais no art. 6º, dentre eles consta o direito à educação. Já o art. 205 do texto constitucional estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família (Brasil, 1988). Tal aspecto merece ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ocorre que, das finalidades da educação, a qualificação para o trabalho tem sido a mais valorizada, pois prepara os educandos para conseguir empregos. No entanto, as demais funções da educação também precisam ser desenvolvidas, já que favorecem a aquisição de outras competências. Para isto ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais.

Deste modo, ressaltada a importância da educação com fins de preparação do indivíduo para o exercício da cidadania, torna-se imperioso o desenvolvimento do ser humano consciente de seus direitos e deveres, com auxílio de ensino crítico e social. Isto porque a pedagogia social se importa com o diálogo, a participação e a cooperação entre os indivíduos envolvidos no processo educativo. Deve-se, então, procurar caminhos para a promoção do desenvolvimento humano e social, através da educação, cultura, lazer e trabalho (Freire, 1996).

Este tipo de abordagem educativa facilita a criação de uma consciência crítica capaz de proporcionar inserção do indivíduo no mundo e a sua transformação em sujeito de direitos (Freire, 1970). Algo que vai além da preparação do aluno para a vida profissional.

Ao se transformarem em pessoas críticas e capacitadas ao exercício da cidadania, os indivíduos podem participar ativamente em várias esferas da sociedade, inclusive na formulação de políticas. A inserção deste tipo de ensino na educação formal permite que a população passe a se enxergar como cidadão. Portanto, a Pedagogia Social deveria ser implantada desde o ensino infantil, passando pelo ensino médio e culminando no ensino superior. Neste contexto, o estudo prioriza as configurações do ensino médio que podem ser relacionadas com o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva nos estudantes.

Ressalta-se que em 2023, 91,9% dos jovens de 15 a 17 anos estavam na escola e 75% estavam matriculados especificamente no Ensino Médio. Foram registradas 7,7 milhões de matrículas no ensino médio em 2023, uma queda de 2,4% no último ano. Dados compilados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram que, aos 19 anos de idade, jovens que já deveriam estar na universidade ainda estão longe de concluir a educação básica. Especialmente os mais pobres. Apenas 22,4% deles concluem o ensino médio nessa idade. O ideal é que os alunos terminassem a educação básica com 17 anos. As desigualdades são ainda maiores quando a comparação é feita entre as regiões brasileiras. (IBGE, 2023).

No que diz respeito ao sexo, um levantamento do Instituto de Pesquisa em Educação e Comunicação (Ipec), feito a pedido do Unicef, revelou que 11% dos brasileiros de 11 a 19 anos

estavam fora da escola em 2022. Isso corresponde a 2 milhões de meninas e meninos. UNICEF/Ipec, 2022).

Essa é uma oportunidade que as autoras tiveram para verificar os dados oficiais concernentes à realidade do ensino médio no Brasil e que podem causar impacto na formação do ser humano crítico, reflexivo e socialmente ativo, estando o tema da pesquisa relacionado com a distribuição de jovens no ensino médio brasileiro, e sendo o objeto a forma como essa distribuição de jovens no ensino médio brasileiro ocorre por sexo e faixa etária.

O estudo é motivado pelo interesse das autoras no conhecimento da frequência por sexo e faixa etária no ensino médio, informações que podem ter influência numa sociedade que se relaciona em rede. Justifica-se na necessidade de realização de uma discussão acerca da transformação histórica da sociedade e de como ela traz em seu bojo o desenvolvimento do indivíduo no contexto social.

A questão que norteia a pesquisa é saber qual a distribuição percentual de jovens que estão no ensino médio no Brasil no que se refere ao sexo e faixa etária. Os dados convertidos em informação podem contribuir para o entendimento da formação participativa nas políticas públicas no país, além de estimular a construção de uma rede de ensino fortalecida por meio de instrumentos pedagógicos direcionados à educação com compromisso social. Tem sua relevância encontrada na medida em que a análise quanti-qualitativa dos dados pode ser divulgada e favorece a mudança do paradigma do pensamento crítico-reflexivo no ensino médio no Brasil e a melhoria da gestão educacional, assim, conduz-se a um ensino universitário que tenha a possibilidade de impulsionar a transformação do contexto social do país.

Desta forma, o problema do estudo consiste nas diferenças dos percentuais de jovens que frequentam o ensino médio – análise considerada por sexo e faixa etária – em várias regiões do país e vinculadas ao ensino formal. A hipótese do estudo é a promoção de políticas nacionais de educação que observem o princípio da equidade e utilizem instrumentos e medidas para inserir jovens de ambos os sexos no ensino médio, a fim de terem acesso a uma formação voltada para a cidadania e transformarem-se em sujeitos ativos socialmente.

Assim, o objetivo do presente estudo é analisar quanti-qualitativamente a distribuição de jovens do ensino médio brasileiro que estudam na rede pública estadual de ensino, por sexo e faixa etária de 15 a 17 anos. O ano base da consulta foi o de 2020 e a interface da proposta é a oferta de educação crítica e reflexiva a partir da ideia da Pedagogia Social.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo documental quanti-qualitativo realizado nos meses de junho e julho de 2024, relacionado à diferença do percentual de jovens que frequentam o ensino médio por sexo e faixa etária. A Figura 1 mostra o caminho traçado pelas autoras até chegar à fase final da pesquisa. Deu-se início com a escolha do tema e delimitação do estudo, passando pela seleção da fonte de dados, a coleta de dados e a análise e interpretação dos mesmos.

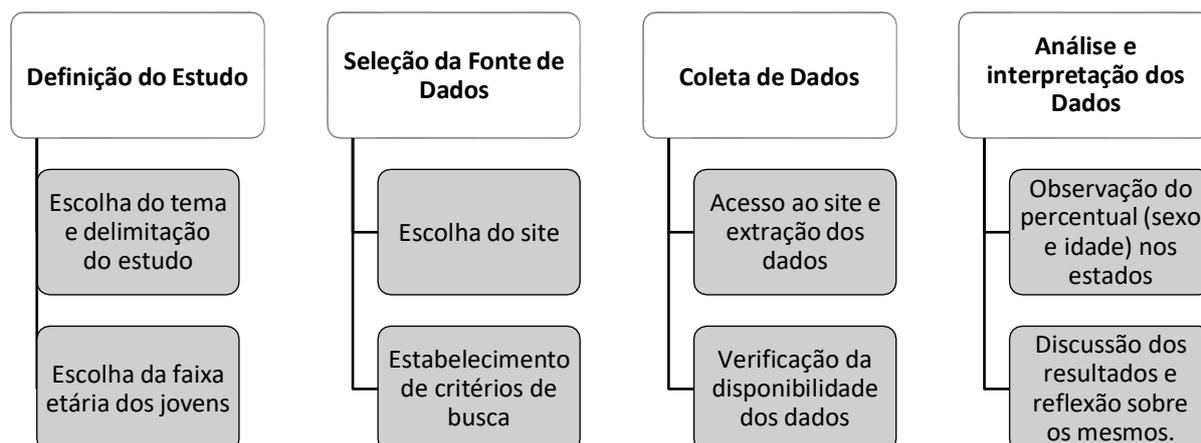


Figure 1. Path adopted in the Research

Os dados foram extraídos do site Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão, que tem a tutoria do Instituto Unibanco. O acesso ao site foi pautado pelos seguintes critérios de busca: dados mais recentes - ano 2020; faixa etária de 15 a 17 anos; rede de ensino pública; e dependência administrativa estadual. A partir dos quais emergiu um mapa do Brasil separado em 26 (vinte e seis) Unidades Federativas e em escalas de cores (maior contraste é igual à maior diferença), sem incluir o Distrito Federal.

A figura se constitui num demonstrativo da diferença percentual (calculado pela diminuição do percentual de um pelo outro) de meninos e meninas de 15 a 17 anos que frequentam o ensino médio de cada estado do cenário nacional. A escolha pela investigação de jovens de 15 a 17 anos se deu em virtude de esta ser uma faixa etária prévia à idade adulta, de pessoas que ainda estão em formação e que podem se interessar pelo estudo e reflexão crítica da realidade, tendo como perspectiva a alteração das condições que não estejam adequadas e, como consequência, promovam a mudança de contextos sociais.

Já a opção pelo ano de 2020 se deu por esse ser o período mais recente disponibilizado no site consultado, o que propicia visão atualizada da realidade do país no que concerne à educação. E a exibição do mapa privilegiou a análise por regiões, de forma que fossem visualizados em contraste os diferentes índices nacionais no que diz respeito aos jovens no ensino médio.

Optou-se pela rede pública de ensino na busca, pois esta pode ter interferência do poder público para aplicação de políticas educacionais, ao passo que na rede particular não há esta viabilidade. A escolha por rede estadual se deu pelo fato de que a gestão promovida pelo estado, em regra, dispõe de mais recursos do que a municipal. E, por isso, existe maior oportunidade de investimento. Em comparação à esfera federal, a gerência pode ser mais eficaz, tendo em vista que a fiscalização abrange área territorial regional, inferior à de todo o território federal.

Portanto, foi possível o acesso à informação da disparidade entre meninos e meninas de 15 a 17 anos que frequentaram o ensino médio no país em 2020, de maneira a permitir o prognóstico de qual parte desta população estaria mais propensa à consciência cidadã e à participação ativa na

sociedade, em caso de implementação da Pedagogia Social na educação formal. Caliman (2009, p.486) a define como “uma ciência que alcança onde a educação formal não consegue chegar; nas relações de ajuda a pessoas em dificuldade, especialmente crianças, adolescentes e jovens que sofrem pela escassa atenção às suas necessidades fundamentais”.

Torna-se preciso destacar que os dados utilizados neste estudo são públicos e estão disponíveis eletronicamente, razão pela qual não existiu a necessidade de submeter a pesquisa ao Comitê de Ética.

3 RESULTADOS

A análise documental quanti-qualitativa possibilitou a verificação do cenário em questão e o cálculo da diferença percentual de jovens que frequentam o Ensino médio por sexo e faixa etária no Brasil. Uma conta que foi realizada com a diminuição do percentual de meninas ou meninos que frequentam a escola, o maior pelo menor. A figura abaixo revela que os dados foram expostos de forma visual para as pesquisadoras, de maneira que a geração do mapa permitiu que o acesso a esses dados ocorresse por estados e de forma comparativa.

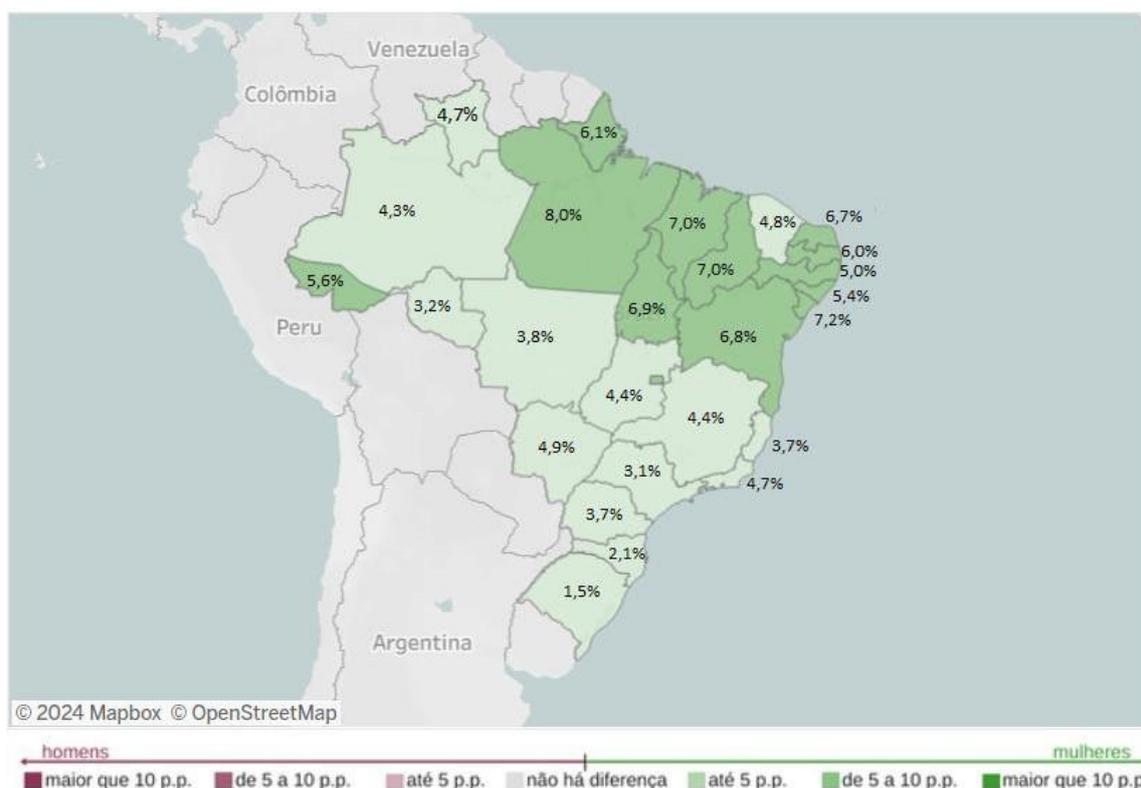


Figura 2. Mapa gerado com os filtros aplicados na pesquisa

Com base nos dados expostos no mapa acima, foi possível fazer um resumo das diferenças percentuais de meninas em relação aos meninos que frequentam o ensino médio em diferentes regiões do Brasil. Elas podem ser verificadas na Tabela 1.

Tabela 1. Resumo das diferenças percentuais entre meninas e meninos de 15 a 17 anos que frequentam o Ensino Médio em diferentes regiões do Brasil

Região	Estado	Diferenças %
Norte	Amazonas	4,3%
	Roraima	4,7%
	Acre	5,6%
	Pará	8,0%
	Amapá	6,1%
	Rondônia	3,2%
	Tocantins	6,9%
Nordeste	Maranhão:	7,0%
	Piauí	7,0%
	Ceará	4,8%
	Rio Grande do Norte	6,7%
	Paraíba	6,0%
	Pernambuco	5,0%
	Alagoas	5,4%
	Sergipe	7,2%
Bahia	6,8%	
Centro-Oeste*	Mato Grosso	3,8%
	Goiás	4,4%
	Mato Grosso do Sul	4,9%
Sudeste:	Minas Gerais	4,4%
	Espírito Santo	3,7%
	Rio de Janeiro	4,7%
	São Paulo	3,1%
Sul	Rio Grande do Sul	1,5%
	Santa Catarina	2,1%
	Paraná	3,7%

* O site não disponibilizou dados do Distrito Federal

Assim, na Região Norte, representada por 7 (sete) Unidades da Federação (UF), a predominância é de meninas e a diferença se caracteriza da seguinte maneira: 4,3% no Amazonas; 4,7% em Roraima; 5,6% no Acre; 8,0% no Pará; 6,1% no Amapá; 3,2% em Rondônia; e 6,9% em Tocantins.

Já na Região Nordeste, integrada por 9 (nove) UF, o percentual de meninas também é maior e a diferença percentual se estabelece da seguinte forma: 7,0% no Maranhão; 7,0% no Piauí; 4,8% no Ceará; 6,7% no Rio Grande do Norte; 6,0% na Paraíba; 5,0% em Pernambuco; 5,4% em Alagoas; 7,2% em Sergipe; e 6,8% na Bahia. A região Centro-oeste, que é composta por 3 (três) UF, persiste a maior diferença percentual de meninas. Conforme se pode verificar, 3,8% em Mato Grosso; 4,4% em Goiás; e 4,9% em Mato Grosso do Sul.

De igual maneira, na região Sudeste, formada por quatro (4) UF, prevalece diferença percentual de meninas. Sendo os dados observados do seguinte modo: 4,4% em Minas Gerais; 3,7%

no Espírito Santo; 4,7% no Rio de Janeiro; e 3,1% em São Paulo. Inclusive na região Sul, constituída por 3 (três) UF, prepondera a diferença percentual de meninas nas UF. O cenário se revela do seguinte modo: 1,5% no Rio Grande do Sul; 2,1% em Santa Catarina; e 3,7% no Paraná.

Desta forma, verifica-se que no território nacional, em 2020, na rede pública de ensino, a considerar a dependência administrativa estadual e a faixa etária de 15 a 17 anos dos estudantes, a predominância é de meninas que frequentam o ensino médio nas 26 (vinte e seis) Unidades da Federação, dando-se ênfase para o fato de que os dados do Distrito Federal não foram demonstrados. Tais diferenças percentuais variam de estado para estado, sendo as regiões Norte e Nordeste as que revelam maiores diferenças percentuais entre meninas e meninos. As regiões Centro-Oeste e Sudeste apresentam percentuais parecidos no que tange a esta diferença e a região Sul do país é a que indica menores índices percentuais de diferença.

Considerando-se a diferença percentual de meninos e meninas de 15 a 17 anos no ensino médio do país e tendo como proposta de estudo a incorporação da Pedagogia Social no ensino formal, é possível dizer que, em virtude do maior número de meninas vinculadas à escola, a tendência é de que estas estejam mais preparadas para a reflexão crítica e para a participação social ativa, tenham suas ações pautadas no exercício do papel de cidadania e sejam mais conscientes de seus direitos e deveres, em detrimento dos meninos, uma vez que estes frequentam menos a escola.

Esses dados são importantes para o entendimento das dinâmicas educacionais regionais e podem servir de base para a elaboração de políticas públicas voltadas para a equidade de gênero na educação, para a promoção de igualdade de oportunidades e para o aumento do número de meninos que frequentam o ensino médio, para que estes sejam capacitados à participação social.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os resultados obtidos no Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão revelam a realidade do Brasil, principalmente no que tange à diferença percentual de meninos e meninas de 15 a 17 anos que frequentaram o ensino médio no ano de 2020, estando esses indivíduos matriculados em escolas estaduais da rede pública de ensino. Deste modo, passa-se a dedicar a realização da análise e ponderação desses resultados.

Inicialmente, cumpre fazer a diferenciação do abandono da evasão escolar. Enquanto o abandono se configura pelo não comparecimento às aulas durante o ano letivo, a evasão trata-se da conjuntura em que o estudante pode ser reprovado ou aprovado, mas não efetua a matrícula para dar continuidade aos estudos no ano seguinte (Instituto Unibanco, 2024).

Assim, quando constatadas as diferenças nas UF que integram as diversas regiões do país e o percentual de meninos e meninas de 15 a 17 anos que frequentaram o ensino médio em 2020, evidencia-se que em todo o país o sexo feminino predomina na assiduidade escolar. Com efeito, a partir dos dados obtidos não é possível verificar o vínculo de raça, etnia, cor, condição física (se tem deficiência ou não), gênero e orientação sexual com a ocasião de saída da escola, mas tão somente

o sexo, como descrito no mapa. Deste modo, no que tange ao sexo masculino, a necessidade de trabalhar precocemente é um dos principais motivos para a evasão e abandono escolar. Ao passo que as principais causas atreladas às meninas são a gravidez precoce, a dedicação aos afazeres domésticos, à vida familiar e as precárias condições de saúde mental em que podem se encontrar (Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2024).

Ainda que tais fatores influenciem o abandono escolar, ressalta-se que a continuidade de estudantes nas escolas foi prejudicada no período da Pandemia, visto que muitos adolescentes não tinham acesso a dispositivos eletrônicos ou à internet. Foi uma situação que impediu o acompanhamento das atividades remotamente, bem como a necessidade de isolamento e a má gestão governamental em todos os níveis para administrar o período de emergência sanitária. Este contexto influenciou o número de alunos evadidos e o abandono escolar, o que se relaciona com os dados obtidos (do ano de 2020), da época da Pandemia da Covid-19 (Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2023).

Ademais, a atual realidade das mulheres superarem os homens em número no que diz respeito à presença delas nas escolas revela um progresso feminino na luta histórica pela superação de limitações de acesso ao ensino e ao mercado de trabalho. Apesar de que, embora elas tenham conquistado mais espaço no sistema de aprendizagem, estejam maioria em números nas escolas e nas universidades, mulheres trabalham mais e ganham menos do que homens. Ou seja, a desigualdade de gênero ainda é um assunto que persiste e precisa ser tratado em políticas públicas de democratização de acesso à educação.

É preciso citar que, mesmo com o gradual avanço no que diz respeito à introdução da mulher na esfera educacional escolar ligada ao estudo (ensino médio) ou mesmo no ensino superior e no mercado de trabalho, a vantagem do sexo masculino ainda prevalece. O índice de escolaridade das mulheres tem sido superior ao dos homens, mas as mulheres ganham em média 75% a menos do que os homens, enquanto elas deveriam ganhar mais (Agência Brasil, 2018).

Para além da discrepância salarial, há também que se considerar na análise o papel cultural e histórico das mulheres, que precisam realizar tarefas domésticas e de cuidado pessoal, bem como o fator biológico de engravidar. Assim, mulheres são responsabilizadas por afazeres familiares e sociais externos à esfera laboral, tendo que dar conta de dupla jornada, o que prejudica a situação delas em relação aos homens, visto que estes não sofrem cobrança para realizar ofícios além de suas funções laborais. Além disso, a gravidez é um fator que contribui para o abandono escolar e interfere no ingresso das mulheres no mercado de trabalho, visto que há instituições que preferem contratar os homens no lugar das mulheres. Deste modo, há mulheres que trabalham meia jornada laboral para desempenharem os demais papéis que a elas são incumbidos (Agência Brasil, 2018).

Raça e cor são outros fatores importantes para se considerar na análise de índices escolares e trabalhistas. Isto porque há estudos que revelam que mulheres brancas tendem a ganhar mais do que mulheres pretas e pardas, e estas são as que mais desempenham dupla jornada (Agência Brasil, 2018). Com relação aos homens, os pretos e pardos são os mais atrasados em nível educacional, uma situação que pode levar ao abandono da escola pelos homens (INEP, 2020).

No que tange à constatação das diferenças regionais do país, pode-se dizer que as regiões Norte e Nordeste são as que revelam maior disparidade entre meninos e meninas que cursam o ensino médio. Com efeito, tais regiões possuem grandes problemas sociais, culturais e econômicos. Esses são aspectos que interferem no sistema educacional e refletem na taxa de permanência escolar demonstrada, principalmente na saída dos meninos.

O impacto de questões sociais na vida dos jovens evidencia as deficiências da etapa do ensino médio. O percentual que indica chance do aluno frequentar regularmente a escola é afetado pelo contexto familiar, uma vez que em famílias chefiadas por mulheres negras, analfabetas e da área rural, o índice de permanência na escola é inferior ao de famílias chefiadas por homens brancos, com pelo menos escolaridade média completa, renda alta e residente de área urbana. Por exemplo, o índice máximo é de 65% no Estado do Maranhão e de 21,7% em Santa Catarina, sendo o mínimo de 79% em Alagoas, se considerados todos os estados do país (Instituto Unibanco, 2024).

Deste modo, percebe-se que o progresso escolar dos jovens está associado às questões raciais e socioeconômicas, tendo em vista que, enquanto pessoas brancas e de renda alta atingem níveis mais altos de escolaridade, pessoas negras e de renda mais baixa estão propensas a ter um menor índice de avanço escolar. E, dentre os mais pobres, os piores indicadores educacionais referem-se aos estudantes negros. Essas diferenças são decorrentes do racismo estrutural existente na sociedade brasileira, revelado pela desigualdade persistente nos indicadores educacionais e econômicos, refletidos nos ambientes familiares (Instituto Unibanco, 2024).

O conflito socioeconômico leva os alunos a saírem da escola por não terem condições financeiras de manter a frequência escolar. Os problemas mais comuns são o fato de não conseguirem pagar alimentação e transporte até a escola, além de terem que sustentar suas famílias. A Pandemia de Covid-19 ampliou as desigualdades socioeconômicas e aumentou os casos de abandono escolar, pois afastou os estudantes das instituições e enfraqueceu a conexão com a comunidade escolar (Instituto Unibanco, 2024).

Ao ponderar os índices de abandono e evasão com estudantes, constata-se que os não-brancos são os mais afetados, pois suas trajetórias escolares estão sinalizadas por exclusão sistemática, maiores reprovações e distorções idade-série. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, é possível perceber que estudantes negros e indígenas de 4 a 17 anos correspondem a 71,3% das crianças e adolescentes que estão fora da escola nesta faixa etária. E, que, os jovens negros de ambos os sexos representam 59,8% do grupo que está fora do ambiente escolar, sendo 34,7% constituído pelo sexo masculino (Instituto Unibanco, 2024).

Assim, surge a necessidade de reforçar as políticas públicas de educação que estimulem a permanência de jovens na escola e que promovam a adoção de medidas de incentivo ao estudo. O foco deve ser a preparação de pessoas qualificadas e que por meio da educação, elas possam dar retorno à sociedade, permitindo a transformação da realidade local. Sendo igualmente importante que as diferenças regionais do país sejam consideradas na implementação de tais políticas, bem como os aspectos relacionados com a diversidade da população do Brasil, já que cada grupo social apresenta necessidades peculiares.

Essas diferenças regionais podem ser observadas quando se verifica que as regiões Sudeste e Centro-Oeste demonstram índices aproximados em relação à diferença de meninos e meninas que frequentam o ensino médio. No entanto, o Sudeste abarca uma população bem superior à do Centro-Oeste. Um aspecto que leva a percepção de que, proporcionalmente, a evasão é maior no Centro-Oeste, já que a população é menor nesta região, de maneira que há mais estudantes do ensino médio no Sudeste. Já a região Sul é a que possui menor diferença no percentual de frequência.

O Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2024), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela a população residente por situação do domicílio e sexo, e as formas como grandes regiões e as Unidades da Federação se configuram, demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2. Distribuição populacional por gênero e localização (urbana versus rural) em cada uma das cinco regiões do Brasil (Censo Demográfico de 2010)

DESCRIÇÃO	REGIÃO				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	15.864.454	53.081.950	80.364.410	27.386.891	14.058.094
Total de Homens	8.004.915	25.909.046	39.076.647	13.436.411	6.979.971
Total de Mulheres	7.859.539	27.172.904	41.287.763	13.950.480	7.078.123
População Urbana Total	11.664.509	38.821.246	74.696.178	23.260.896	12.482.963
População Urbana de Homens	5.737.373	18.526.728	36.052.531	11.275.290	6.118.252
População Urbana de Mulheres	5.927.136	20.294.518	38.643.647	11.985.606	6.364.711
População Rural Total	4.199.945	14.260.704	5.668.232	4.125.995	1.575.131
População Rural de Homens	2.267.542	7.382.318	3.024.116	2.161.121	861.719
População Rural de Mulheres	1.932.403	6.878.386	2.644.116	1.964.874	713.412

A tabela acima mostra os dados populacionais de forma organizada e tabulada para cada região do Brasil. Esses dados destacam as diferenças demográficas e estruturais entre as regiões do país, indicando áreas onde políticas públicas podem ser focadas para melhorar a qualidade de vida e a igualdade de acesso aos serviços essenciais em todo o país.

Deste modo, as diferenças demográficas influenciam no acesso e permanência no ensino, visto que a população local se desenvolve a partir de determinantes sociais, culturais e econômicos. Esses são aspectos fundamentais para motivar ou manter os indivíduos envolvidos com a esfera escolar.

É possível destacar, ainda, a importância da intersetorialidade para a oferta de auxílio e apoio na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas concernentes à inclusão de estudantes no âmbito escolar, uma vez que é por meio do entrelace de matérias e saberes de diversos setores que as políticas públicas são preparadas, apresentando ampla visão e maior eficácia, bem como permite a instauração de aliança entre os atores sociais e instituições de ensino.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) é uma metodologia intersetorial que surge para o enfrentamento e a prevenção da ocorrência de abandono e evasão por parte de

crianças e adolescentes da educação básica. Essa atuação ocorre em parceria com secretarias municipais tanto de Educação quanto de Saúde e Assistência Social. O mecanismo compreende a formação de gestores e educadores para atuarem como agentes comunitários, sendo capazes não somente de monitorar estudantes em risco e abandono como também de desenvolvimento de estratégias coerentes com as realidades locais (Instituto Unibanco, 2024).

A análise permite dizer que a elaboração de políticas públicas que visem a inserção e a manutenção da população na esfera escolar, deve partir da observância às especificidades regionais do país e às individuais dos estudantes. De modo que será possível alcançar a redução do percentual de diferença entre meninos e meninas que frequentam o ensino médio, sendo este um dos caminhos que incluem o respeito à equidade.

Assim, o surgimento de políticas públicas que privilegiem a intersetorialidade, a interseccionalidade e a equidade, busca a promoção de acesso e permanência dos estudantes no ensino médio, o que poderá aproximar esse cenário por sexo e idade à igualdade. Da mesma forma, entende-se que a aplicação da Pedagogia Social no ensino contribuirá para a formação de indivíduos conscientes de sua condição de cidadãos detentores de direitos e deveres, formando seres críticos e sociais, capazes de questionar e entender o mundo a sua volta. Freire (2006, p. 45) considera que este tipo de pedagogia permite que o homem se torne sujeito e se enxergue como pessoa, tendo a capacidade de “transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugué”.

Nesse contexto, é preciso reafirmar que a Pedagogia Social não se limita ao conhecimento teórico, mas também à formação ética e cidadã dos indivíduos, estimulando sua participação ativa na vida social e política. Essa é uma abordagem fulcral para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, onde todos os indivíduos tenham acesso à educação de qualidade e tenham condições necessárias para se tornarem agentes de transformação social.

Os estudantes precisam ser vistos como protagonistas e não como meros espectadores. Isso precisa ser considerado quando se pretende que o ensino a eles direcionado alcance suas qualidades e transcendam desafios, de forma que sejam superados o desinteresse e a falta de engajamento, para que se evite a ocorrência de casos de abandono e evasão institucional.

A formação de sujeitos no ensino médio com capacidade crítica permite que estes possam participar ativamente na sociedade, sendo dotados de condição para opinar na formulação e execução de políticas públicas, inclusive as que dizem respeito à educação no país. Tal perspectiva direciona para o envolvimento democrático nas políticas públicas, de maneira que se capacite e empodere o aluno para ocupar o lugar de protagonista na sociedade. O que é importante, visto que as ações do estado serão destinadas à população que é usuária dos serviços públicos, no caso do estudo, a educação pública.

Portanto, para efetivação do direito à educação é preciso considerar as desigualdades sociais, regionais e culturais da população brasileira. Estas, por sua vez, precisam ser observadas, visto que os condicionantes que permeiam tais esferas interferem na oferta de educação de

qualidade. A proposta pode ser implementada por meio da integração de diversos setores e com respeito às diferenças dos estudantes.

A escola pode ser transformada num ambiente de ensino atrativo e que valorize o aluno, capacitando-o para a vida social, o que permite a diminuição da evasão e do abandono escolar e afetará diretamente o percentual de diferença de meninos e meninas que frequentam o ensino médio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho abordou as diferenças percentuais de jovens que frequentam o ensino médio por sexo e faixa etária nas regiões do país, vinculadas ao ensino formal. E os resultados revelaram que em todas as regiões do país predominam maiores percentuais de frequência de meninas em detrimento de meninos.

Deste modo, o objetivo foi alcançado, que era analisar quanti-qualitativamente a distribuição - por sexo, faixa etária e ano - de jovens do ensino médio brasileiro da rede pública estadual de ensino, tendo como interface na proposta de educação crítica e reflexiva da Pedagogia Social.

Compreende-se que a promoção de política nacional de educação deve ser pautada na observância ao princípio da equidade, que insira jovens de ambos os sexos no ensino médio para promover a formação de cidadãos ativos socialmente. Essa confirmação foi obtida com a análise dos dados e permite o acréscimo de que também são imprescindíveis nestas políticas a intersetorialidade, a interseccionalidade e a atenção às diferenças econômicas e sociais, sendo uma perspectiva importante para permanência de jovens de ambos os sexos na escola, afastando o problema da evasão e do abandono escolar.

Os aspectos relacionados com as diferenças regionais do país e pessoais dos estudantes foram valorizados, a fim de se propor uma política pública que promova a educação eficaz, isso a partir do conhecimento do público-alvo a ser alcançado. Ademais, ressaltou-se a necessidade de formação de estudantes conscientes de suas condições de cidadãos, detentores de direitos e deveres, atuando como atores praticantes de mudanças sociais, que influenciam ativamente na formulação e execução dessas políticas públicas. Essa seria a verdadeira atuação democrática.

Deste modo, além de ser uma teoria que estimule a participação democrática, a Pedagogia que foi proposta por Paulo Freire, revela-se como adequada a ser adotada na condução da formação destes estudantes, visto que a teoria em voga considera os alunos como elementos centrais do ensino, os protagonistas no ambiente escolar, o que facilita o despertar para o aprendizado e a vontade de se manter na escola.

Neste sentido, o trabalho contribui teoricamente para a área acadêmica, na medida em que sugere a aproximação de teorias que valorizem a participação democrática daquelas vinculadas à educação, visando o favorecimento da permanência escolar e a formação de indivíduos com capacidade crítica e participação ativa na sociedade. Ou seja, a confluência de saberes para a

formação dos estudantes, que favorecerá visão ampla ao invés de um ensino segmentado e com interpretação restrita.

O estudo contribui para a prática na medida em que revela por meio de dados empíricos as desigualdades percentuais de jovens por sexo no ensino médio. Este é um ponto que facilita o mapeamento das Unidades Federativas e regiões que apresentam maiores problemas de desigualdade na permanência de estudantes na escola. Assim, os fatores sociais, econômicos e culturais dos locais podem ser verificados e considerados para a realização de inferência pelo poder público e por gestores educacionais, atuando para redução da discrepância.

No entanto, a pesquisa não considera alguns aspectos, tais como: raça, cor, gênero, orientação sexual e deficiência dos estudantes para constatação dos índices de diferença de frequência de meninos e meninas no ensino médio. Essa informação revela um resultado generalista de âmbito nacional, algo que configura uma limitação do site consultado. Deste modo, para se ter índices mais precisos, tais aspectos citados devem ser considerados, uma vez que também são determinantes e têm estrita relação com a permanência, abandono ou evasão escolar. Esse é o motivo pelo qual se sugere que futuras pesquisas considerem estas variantes para obtenção de novos resultados.

Logo, a presente pesquisa buscou evidências referentes à diferença percentual de permanência por sexo no ensino médio no Brasil, um aspecto que tem relação com as condições sociais, econômicas e culturais da população. Há apontamento de que os índices podem ser mais equânimes, mostrando como a evasão e o abandono escolar podem ser reduzidos, se sopesadas as peculiaridades regionais e pessoais dos educandos.

Portanto, sugere-se que a educação do ensino médio no Brasil seja valorizada e que o índice de evasão e abandono escolar seja reduzido em todas as regiões do país, bem como seja promovida formação de indivíduos críticos e reflexivos, conscientes de seus direitos e deveres, na intenção de que os alunos se transformem em pessoas capazes de contribuir democraticamente no contexto social, inclusive com a formulação e execução de políticas públicas que atendam a esfera educacional do país, valorizando-se a intersectorialidade, a interseccionalidade, a equidade, as diferenças regionais e as pessoais dos estudantes. Talvez esse seja um caminho válido para efetiva garantia do direito constitucional à educação.

6 REFERÊNCIAS

Agência Brasil. (2018, 28 de março). *IBGE: Mulheres ganham menos que homens, mesmo sendo maioria com ensino superior*. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ibge-mulheres-ganham-menos-que-homens-mesmo-sendo-maioria-com-ensino-superior>

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Caliman, G. (2009). *Pedagogía social. Diccionario de Ciencias de la Educación*. Madrid: Editorial CCS.



Ciena, F. P. (2016). *A gestão pública das políticas educacionais para a efetivação democrática do direito à educação no Brasil: da democracia cognitiva à democracia participativa* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-14082016-174140/publico/Tese Fabiana Polican Ciena.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-14082016-174140/publico/Tese_Fabiana_Polican_Ciena.pdf)

Freire, P. (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

Freire, P. (2006). *Pedagogia da esperança* (13ed). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

IBGE. (2024, julho). *Censo 2010: Sinopse*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/index.php?dados=11&uf=00>.

IBGE. (2024, julho). *Censo 2023*. Recuperado de https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf

INESC. (2023). *Estudo sobre o abandono escolar no Brasil: O impacto da pandemia de COVID-19*. Recuperado de https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/10/estudo_abandono_escolar_inesc_malala-out2023.pdf?x69356

INESC. (2024, julho). *Abandono no ensino médio brasileiro duplicou na pandemia*. Recuperado de <https://inesc.org.br/abandono-no-ensino-medio-brasileiro-duplicou-na-pandemia/>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2020). *Resumo Técnico Censo Escolar 2020*. Recuperado de https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf

Instituto Unibanco. (2024, julho). *Abandono e evasão escolar. Observatório de Educação*. Recuperado de https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar/?gad_source=1&gclid=EA1aIQobChMIIsuu12ZOdhwMVA2FIAB1zJgmxEAYASAAEgLtoD_BwE

UNICEF. (2024, julho). *Educação brasileira em 2022 – a voz de adolescentes*. Recuperado de <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/educacao-brasileira-em-2022-a-voz-de-adolescentes>

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”

COMO CITAR ESTE ARTIGO:



Marinho C., M., Chrizostimo, R., & C. O. Sánchez, M. ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE JOVENS NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO POR SEXO E FAIXA ETÁRIA: PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA E REFLEXIVA. HOLOS, 4(40). Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2024.17405>

SOBRE OS AUTORES

Miriam Marinho Chrizostimo*

Pós-doutorado em Enfermagem pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2021). Projeto desenvolvido: A formação profissional do enfermeiro em gerontologia no Brasil, Atuando no Ensino Aula no grupo de pesquisa. Doutora em Educação - Universidad Nacional de Rosario (Rosario - Argentina - 2014); Mestre em Educação pela Universidade Salgado de Oliveira (2000); Especialista em gerência do serviço de enfermagem e em controle em Infecção em Ciências da Saúde pela Universidade Federal Fluminense (1986-2013); Graduada em Enfermagem (1982); Licenciada em enfermagem; Habilitação em médico cirúrgica. (1983). Enfermeira docente da graduação, pós-graduação mestrado profissional em Ensino na Saúde (MPES/UFF) e residência multiprofissional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Líder de Grupo de Pesquisa: Gestão da formação e qualificação profissional: saúde e educação (GESPRO UFF , 2015)

E-mail: miriammarinho@hotmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7498-4637>

Raquel Marinho Chrizostimo Portella

Graduada em Direito em 2012, advogada desde 2013. Possui especialização em Direito Processual Civil. Mestrado interdisciplinar do Programa Acadêmico em Ciências do Cuidado em Saúde (PACCS) da Universidade Federal Fluminense (UFF), abordando a temática saúde e direito. Atualmente é Doutoranda do Programa de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). cursou estágio Doutoral na Faculdade de Medicina da Universidade Complutense de Madrid (UCM), sendo bolsista Capes/Print.

E-mail: rm.chrizostimo@gmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5203-1894>

Maritza Consuelo Ortiz Sánchez

Graduada em Enfermagem pela Universidad Nacional de La Amazonía Peruana, IQUITOS -PERU; Mestrado em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEAN/UFRJ); Possui Doutorado em Enfermagem pela EEAN/UFRJ. Especialista em Enfermagem do Trabalho (EEAN/UFRJ). Professora Adjunto do Departamento de Fundamentos de Enfermagem e Administração da Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa da Universidade Federal Fluminense-Niterói-RJ (MFE/EEAAC/UFF). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Cidadania e Gerência da EEAAC/UFF. Cadastrado no CNPq. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa GESTÃO DA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: SAÚDE E EDUCAÇÃO, EEAAC/UFF.

E-mail: morsa_peru@yahoo.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6123-9846>

Editor(a) Responsável: Maura Costa

Pareceristas Ad Hoc: Marlúcia Menezes Paiva e Valentin Martínez-Otero Pérez



Recebido: 15 de maio de 2024

Aceito: 30 de junho de 2024

Publicado: 19 de julho de 2024